



A AEM publica o REGULATORY UPDATE com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O REGULATORY UPDATE contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o mês imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

COVID-19

The coronavirus presents the global economy with its greatest danger since the financial crisis, according to the OECD's latest Interim Economic Outlook.

Even under a best-case scenario, the OECD expects a sharp slowdown in world growth in early 2020.



**OECD Interim
Economic
Assessment
Coronavirus:
The world
economy at risk**

DGS - Orientação nº 006/2020 de 26/02/2020 - COVID-19: Procedimentos de prevenção, controlo e vigilância em empresas - [DOC](#)

DGS - Informação nº 006/2020 de 28/02/2020 - COVID-19: Recomendações para eventos públicos e eventos de massas - [DOC](#)

DGS - Informação nº 005/2020 de 26/02/2020 - COVID-19: Cidadãos regressados de uma área com transmissão comunitária ativa do novo coronavírus - [DOC](#)

DGS - Microsite para esclarecimento de dúvidas sobre o novo coronavírus - [DOC](#)

Conselho da UE - Conclusões sobre o Covid-19 - [DOC](#)

EUCC in China - COVID-19 Severely Impacting Business: trade associations call for proportionate measures to get real economy back on track - [DOC](#)

WHO - Coronavirus disease (COVID-19) outbreak - [DOC](#)

WHO - Coronavirus disease (COVID-2019) situation reports - [DOC](#)

WHO - Report of the WHO-China Joint Mission on Coronavirus Disease 2019 - [DOC](#)

Johns Hopkins CSSE - Coronavirus COVID-19 Global Cases - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Decreto-Lei n.º 24/2020, de 1 de Fevereiro

Estabelece as regras aplicáveis à comunicação eletrónica entre o registo comercial nacional e os registos de outros Estados-Membros da União Europeia, transpondo a Diretiva n.º 2012/17/UE - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2020, de 7 de Fevereiro

Aprova a estratégia e calendarização da distribuição da quinta geração de comunicações móveis - [DOC](#)

Portaria n.º 52/2020, de 27 de Fevereiro

Cria um sistema de apoio ao emprego e empreendedorismo (+ CO3SO Emprego) - [DOC](#)

Portaria n.º 50/2020, de 27 de Fevereiro

Regulamentação das formalidades e dos procedimentos aplicáveis ao reconhecimento e controlo das isenções e das taxas reduzidas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) - [DOC](#)

Portaria n.º 42/2020, de 14 de Fevereiro

Fixa a taxa do adicionamento sobre as emissões de CO₂ (índice 2) previsto no artigo 92.º-A do CIEC e o valor do adicionamento resultante da aplicação dessa taxa aos fatores de adicionamento relativos a cada produto - [DOC](#)

Portaria n.º 30/2020, de 30 de Janeiro

Estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2021 - [DOC](#)

Portaria n.º 23/2020, de 29 de Janeiro

Alteração à Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio - [DOC](#)

Portaria n.º 21/2020, de 28 de Janeiro

Aprova o modelo de requerimento de injunção e revoga a Portaria n.º 808/2005, de 9 de setembro - [DOC](#)

Portaria n.º 16/2020, de 23 de Janeiro

Fixa os valores das taxas devidas no âmbito dos procedimentos administrativos relativos à atividade de autoconsumo e às Comunidades de Energia Renovável (CER) - [DOC](#)

Portaria n.º 15/2020, de 23 de Janeiro

Fixa os valores das taxas devidas no âmbito dos procedimentos administrativos relativos às atividades de produção e comercialização de eletricidade - [DOC](#)

Aviso n.º 1568/2020, de 30 de Janeiro

Taxas supletivas de juros moratórios a vigorar no 1.º semestre de 2020 - [DOC](#)

Regulamento n.º 141/2020, de 20 de Fevereiro

Regulamento Relativo ao Regime de Cumprimento do Dever de Informação do Comercializador de Combustíveis Derivados do Petróleo e de GPL ao Consumidor - [DOC](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

PROPOSTAS DE LEI

Proposta de Lei 12/XIV, 5 de Fevereiro

Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2017/828, relativa a direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo - [DOC](#)



Proposta de Lei 11/XIV, 5 de Fevereiro

Estabelece a obrigação de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2018/822 - [DOC](#)

Proposta de Lei 10/XIV, 5 de Fevereiro

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2016/1164, na parte das regras respeitantes às assimetrias híbridas - [DOC](#)

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei 217/XIV (PSD), 26 de Fevereiro

Restringe a cobrança de comissões bancárias, procedendo à quarta alteração ao decreto-lei n.º 133/2009, de 2 de junho, e à terceira alteração ao decreto-lei n.º 74-a/2017, de 23 de junho - [DOC](#)

Projeto de Lei 216/XIV (PSD), 26 de Fevereiro

Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários - [DOC](#)

Projeto de Lei 213/XIV (PS), 19 de Fevereiro

Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros de crédito à habitação, crédito ao consumo e utilização de plataformas eletrónicas operadas por terceiro - [DOC](#)

Projeto de Lei 206/XIV (PCP), 18 de Fevereiro

Procede à sexta alteração ao regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários - [DOC](#)

Projeto de Lei 181/XIV (PAN), 25 de Janeiro

Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março) - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Repositório de Administração Pública do INA - [DOC](#)

GEE - The Financial Channels of Labor Rigidities: Evidence from Portugal - [DOC](#)

Novo Site da **Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos** (ERSE) - [DOC](#)

Comunicado do Conselho de Ministros, de 20 de Fevereiro - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje uma proposta de lei que procede à transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, e da Diretiva 2018/843/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, usualmente denominada como 5.ª Diretiva AML, estabelecendo medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 13 de Fevereiro - [DOC](#)

ponto 3. Foi aprovado o decreto-lei que adota as medidas necessárias ao cumprimento da obrigação de manter o livro de reclamações eletrónico.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 7 de Fevereiro - [DOC](#)

ponto 1. O Governo aprovou hoje, por via eletrónica, uma resolução do Conselho de Ministros que define a estratégia e calendarização para a quinta geração de comunicações móveis (5G).



CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

REGULAMENTAÇÃO

Regulamento da CMVM n.º 1/2020, de 17 de Fevereiro - Envio de informação à CMVM para efeitos de supervisão prudencial - [DOC](#)

CIRCULARES, FAQs E COMUNICADOS

Circular Anual aos Emitentes 2020 - [DOC](#)

Intervenção da Presidente da CMVM no **CFA Institute** “2020 Financial Industry Regulatory Symposium”, Madrid - [DOC](#)

CMVM publica **Guia de aplicação de Indicadores de Qualidade da Auditoria** - [DOC](#)

CMVM implementou 50 **medidas de simplificação e desenvolvimento de mercado** em três anos - [DOC](#)

Guidelines de enforcement de informação financeira - [DOC](#)

Relatório sobre as alterações às Guidelines de enforcement de informação financeira - [DOC](#)

CMVM proferiu decisão em **18 processos de contraordenação** no 4º trimestre de 2019 - [DOC](#)

CMVM informa sobre relatório do auditor para **fixação da contrapartida mínima** na OPA sobre a sociedade Grupo Média Capital - [DOC](#)

Comunicado da Comissão **Diretiva do SII** no âmbito do acionamento motivado pela Orey Financial – Instituição Financeira de Crédito, S.A. ("Orey Financial, IFIC") - [DOC](#)

Perguntas e Respostas sobre **liquidação da Orey Financial** - Instituição Financeira de Crédito, SA - [DOC](#)

Cadernos do Mercado De Valores Mobiliários n.º 61 - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores trimestrais de **intermediação financeira** - 4º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **contraordenações** - 4º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **gestão de ativos** - 4º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **day-trading** - 4º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Janeiro - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Janeiro - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais** português - Janeiro - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Janeiro - [DOC](#)

BANCO DE PORTUGAL

CONSULTAS PÚBLICAS

Consulta Pública do Banco de Portugal n.º 1/2020, de 21 de Fevereiro - Projetos regulamentares em matéria de **cultura organizacional, governo interno e sistema de controlo interno** - [DOC](#)



REGULAMENTAÇÃO

Instrução (Histórico) n.º 5/2020 - Regulamenta o reporte de informação sobre sistemas, instrumentos, operações, serviços de pagamento e envio de fundos - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 3/2020 - Altera a Instrução n.º 34/2018, com o objetivo de atualizar o reporte padronizado da exposição ao risco de taxa de juro resultante de atividades não incluídas na carteira de negociação e do impacto na variação do valor económico e na margem financeira de uma alteração súbita e inesperada das taxas de juro de 200 pontos de base na curva de rendimentos - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2020/00000010 - Informa que o Banco de Portugal disponibilizará a plataforma designada por "Perto - Plataforma Eletrónica de Registo e Transmissão de Ofícios", a partir de 16 de março de 2020, a qual tem por objetivo a receção de pedidos de informação bem como a receção e subsequente difusão de ofícios pelo sistema financeiro - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2020/00000004 - Divulga, de acordo com o n.º 9 da Instrução n.º 18/2015, de 15-01-2016, os modelos de reporte dos Planos de Financiamento e de Capital, a descrição do cenário macroeconómico e financeiro e outras orientações necessárias à realização do exercício e prestação da informação por parte das instituições - [DOC](#)

Aviso n.º 1/2020 - Determina, ao abrigo do n.º 4 do artº 8 do DL n.º 147/2019, de 30-9, os termos da notificação ao Banco de Portugal, através de formulário próprio, pelas entidades que pretendam beneficiar do regime transitório e de contingência previsto naquele diploma, relativo aos contratos celebrados por instituições de crédito, instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica, no âmbito das medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo. O presente Aviso produz efeitos a partir da data de saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo que regule as matérias abrangidas pelo DL n.º 147/2019, de 30-9, sendo que a sua vigência cessará no dia 31 de dezembro de 2020 - [DOC](#)

RELATÓRIOS E BOLETINS

Estudos da Central de Balanços n.º 41 - **Análise das empresas da região centro** - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 02/2020 - Fevereiro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 02/2020: 1º Suplemento - Fevereiro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 01/2020: 2º Suplemento - Janeiro - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 2/2020 - Fevereiro - [DOC](#)

Plano da atividade estatística para 2020 - [DOC](#)

11.º Edição – **Newsletter TARGET-PT** - [DOC](#)

INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Esclarecimento do Governador do Banco de Portugal no seguimento do artigo do Prof. António Sampaio e Mello publicado no Público - [DOC](#)

Esclarecimento do Banco de Portugal no seguimento do artigo do Prof. Ricardo Cabral publicado no Público - [DOC](#)

Comunicado sobre a nomeação do Diretor do Departamento de Serviços Jurídicos do Banco de Portugal para o **Conselho Único de Resolução** - [DOC](#)

Comunicado relativo à **atualização do reporte da exposição ao risco de taxa de juro** resultante de atividades não incluídas na carteira de negociação e dos resultados dos testes de 'outlier' - [DOC](#)



Comunicado do Banco de Portugal sobre o **memorando de entendimento entre o Abanca e o EuroBic** - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre a alteração da **Recomendação macroprudencial no âmbito dos novos contratos de crédito celebrados com consumidores** - [DOC](#)

Contas de serviços mínimos bancários cresceram 75,1% em 2019 - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Dezembro de 2019 - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Dezembro de 2019 - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Dezembro de 2019 - [DOC](#)

Posição de investimento internacional: Dezembro de 2019 - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Dezembro de 2019 - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Dezembro de 2019 - [DOC](#)

Fundos de investimento: Dezembro de 2019 - [DOC](#)

Emissões de títulos: Dezembro de 2019 - [DOC](#)

Dívida pública: Dezembro de 2019 - [DOC](#)

IRN - INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO

Novo balcão de apoio à declaração do beneficiário efetivo - [DOC](#)

ASF - AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Consulta Pública n.º 1/2020, de 5 de Fevereiro - Índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" - [DOC](#)

Nota sobre a publicação do Regulamento de Execução (UE) n.º 2020/193 da Comissão, de 12 de fevereiro de 2020 - [DOC](#)

Montantes geridos dos Fundos de Pensões em 2019 - valores provisório - [DOC](#)

Prémios de Seguro Direto 2019 - valores provisórios - [DOC](#)

AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Boletim Informativo da AT outubro/dezembro 2019 - [DOC](#)

Circular n.º 5/2020 - Retenção na Fonte sobre Rendimentos do Trabalho Dependente e Pensões - [DOC](#)

Circular n.º 4/2020 - Operações de redução de capital com cancelamento de quotas - [DOC](#)

Circular n.º 2/2020 - Retenção na Fonte sobre Rendimentos do Trabalho Dependente e Pensões - Tabelas de Retenção - 2020 – Continente - [DOC](#)



Informação Vinculativa n.º 2020000032 - Doação de quota numa sociedade por quotas, detentora de imóveis, entre mãe e filho - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2019001674 - Possibilidade de aplicação das taxas da al. a) do n.º 1 do art.º 17.º do CIMT na aquisição de um prédio que se encontre inscrito como prédio em propriedade total com divisões suscetíveis de utilização independente, quando as divisões têm diferentes afetações: serviços, armazéns e atividade industrial e habitação - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2019000872 - Contraprestação por serviços financeiros prestados pela Sede à Sucursal domiciliada em território nacional - Incidência Objetiva e Territorial; Sujeito passivo [Representante] de operações financeiras efetuadas em regime de Livre Prestação de Serviços – LPS - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2019001087 - IVE n.º 16367. Incidência subjetiva e objetiva do Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis – Valor tributável - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 16664 - Operações imobiliárias – Operações sujeitas e não isentas a realizar em edifício destinado a comércio e serviços, em resultado dum projeto imobiliário a desenvolver num prédio urbano do proprietário destinado à operacionalização do negócio - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 30218/2020 - IVA – Medidas de simplificação e nova declaração Recapitulativa - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 20218/2020 - IRC - Taxas de Derrama Municipal Incidentes sobre o Lucro Tributável do Período Fiscal de 2019 - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 90028/2020 - Pagamento de Retenções na Fonte de IRS, IRC e Imposto do Selo - Alteração de Procedimentos e Atualização de Códigos de Retenções - [DOC](#)

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Parecer n.º 33/2019 do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, de 30 de Janeiro
Autonomia interna e subordinação hierárquica no quadro do estatuto jurídico-constitucional da magistratura do Ministério Público, aprovado na sessão 30 de janeiro de 2020 - [DOC](#)

DGO - DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO

Contas Provisórias Trimestrais - [DOC](#)

Síntese de Execução Orçamental - Janeiro 2020 - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 115/2020, de 12 de Fevereiro

I. Julga inconstitucional a norma constante do artigo 43.º, n.º 4 dos Estatutos da AMT, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 78/2019, de 14 de maio, no sentido em que determina que o recurso que visa a impugnação judicial das decisões finais condenatórias da AMT em processo de contraordenação tem, por regra, efeito meramente devolutivo, ficando a atribuição de efeito suspensivo dependente da prestação de caução e da verificação de um prejuízo considerável, para o recorrente, decorrente da execução da decisão, por violação da competência reservada da Assembleia da República, constante das alíneas b) e d) do n.º 1 do artigo 165.º, conjugadas com os n.ºs 2 e 10 do artigo 32.º, ambos da Constituição da República Portuguesa. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 775/2020, de 4 de Fevereiro

I. Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos artigos 2.º, n.º 1, 4.º, n.º 2, e 5.º, n.º 1, do Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil de Aveiro. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 774/2020, de 27 de Janeiro

I. Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do n.º 2 do artigo 398.º do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, na parte em que determina a extinção do contrato de trabalho, celebrado há menos de um ano, de titular que seja designado administrador da sociedade empregadora, por violação do disposto na alínea d) do artigo 55.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 57.º da Constituição, na redação vigente à data em que a norma foi editada (Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de setembro); limita os efeitos da inconstitucionalidade, de modo a que se produzam apenas a partir da publicação do presente Acórdão. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 4/2020, de 8 de Janeiro

I. Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma que determina o «pagamento da taxa municipal de proteção civil devida pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da proteção civil» pelas «entidades gestoras de infraestruturas instaladas, total ou parcialmente, no Município de Odemira, designadamente as rodoviárias, ferroviárias e de eletricidade» que «pode ser agravada até 50% face ao valor base, por deliberação fundamentada da Assembleia Municipal de Odemira, sob proposta da Câmara Municipal de Odemira, designadamente quando se trate de pessoas singulares ou coletivas que exerçam uma ação ou atividade de acrescido risco», que resulta dos artigos 2.º, n.º 1, 3.º, n.º 2, e 4.º, n.º 2, do Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil de Odemira. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal de Contas n.º 1/2020, de 17 de Fevereiro

I. Fixa a jurisprudência no sentido de que: Nos recursos ordinários apenas interpostos pelo condenado em processo de efetivação de responsabilidade financeira, o poder cognitivo do Tribunal ad quem só deve abranger questões novas promovidas pelo Ministério Público na pronúncia formulada no quadro do artigo 99.º, n.º 1, da LOPTC se as mesmas forem suscitadas com suporte no artigo 636.º, n.os 1 e 2, do CPC ou incidirem sobre matéria de conhecimento oficioso pelo Tribunal atentas as disposições conjugadas dos artigos 608.º, n.º 2, e 663.º, n.º 2, do CPC (normas processuais civis aplicáveis ao abrigo do artigo 80.º da LOPTC). - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1/2020, de 30 de Janeiro

I. O recurso subordinado de revista está sujeito ao n.º 3 do art.º 671.º do Código de Processo Civil, a isso não obstante o n.º 5 do art.º 633.º do mesmo Código. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 8 de Março de 2018

I. Na fixação da matéria factual relevante para a solução do litígio a Relação tem a derradeira palavra, através do exercício dos poderes que lhe são conferidos pelos n.os 1 e 2 do art. 662.º do CPC.

II. O STJ limita-se, no exercício da sua função de tribunal de revista, a definir e aplicar o regime ou enquadramento jurídico adequado aos factos já anterior e definitivamente fixados, ou seja, apenas conhece de direito.

III. No âmbito do recurso de revista, o modo como a Relação fixou os factos materiais só é sindicável se foi aceite um facto sem produção do tipo de prova para tal legalmente imposto ou se tiverem sido incumpridos os preceitos reguladores da força probatória de certos meios de prova.

IV. O aluguer de cofre-forte, tipo contratual do universo da actividade bancária (“safe deposit boxes”, “Shankfach”, “cofre-fort”, “cassete de segurança”, “caja de seguridad”), permitido pelo art. 4.º, n.º 1, al. o), do RGICSF, combina elementos do depósito e da locação e, na essência, caracteriza-se pelas obrigações da instituição bancária de ceder o uso do cofre e garantir a sua inviolabilidade e preservação da integridade dos bens ou valores lá guardados, mediante remuneração pelo cliente.



V. A este é entregue o código de abertura e uma chave do cofre, situado em compartimento de elevadas condições de segurança, com portas blindadas, cujo acesso é registado e só é possível realizar, com um empregado bancário, detentor de uma chave de passagem (chave di passo), que, de seguida, abandona a sala, onde fica o cliente para colocar ou retirar os bens ou valores, pelo que só ele (e mais ninguém) sabe o que lá coloca e de lá retira.

VI. Não há, assim, uma verdadeira entrega de bens ou valores à instituição bancária, nem sequer o empregado bancário procede a qualquer conferência. A colocação e retirada de bens e valores do cofre passa unicamente pelo cliente, sendo o seu conteúdo totalmente desconhecido da instituição bancária.

VII. Tendo em conta estas particularidades do contrato, é «unanimemente reconhecido que existe uma presunção de responsabilidade da entidade bancária relativamente ao desaparecimento ou deterioração dos bens e valores depositados, sendo aquela responsável pelos danos causados, a não ser que prove que o evento danoso se ficou a dever a caso fortuito ou de força maior e que agiu com a diligência profissional que lhe era exigível, mas o cliente, por seu turno, tem o ónus da prova do conteúdo do cofre, para efeitos de determinação do dano ressarcível».

VIII. Não comprovando o cliente o conteúdo do cofre, no fundo o dano ressarcível, não há lugar a indemnização. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 29 de Janeiro

I. O direito a juros indemnizatórios previsto no n.º 1 do artigo 43.º da Lei Geral Tributária pressupõe que no processo se determine que na liquidação “houve erro imputável aos serviços”, entendido este como o “erro sobre os pressupostos de facto ou de direito imputável à Administração Fiscal”, que não se deve ter por verificado se o acto de liquidação for anulado em consequência da anulação, por falta de fundamentação, do relatório de inspecção que lhe serviu de base. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 22 de Janeiro

I. A prescrição da obrigação tributária não constitui fundamento de anulação da liquidação, sendo apenas um pressuposto da utilidade do conhecimento das causas de invalidade alegadas na impugnação, razão pela qual não cabe ao Tribunal a quo diligenciar para conhecer se estão ou não verificados os pressupostos da prescrição, devendo o mesmo limitar-se a conhecer deles se todos os elementos constarem do processo.

II. Segundo o ponto 3.º do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, não podem qualificar-se como créditos vencidos e, consequentemente, como provisões fiscalmente dedutíveis à luz do artigo 33.º, n.º 1, al. d do CIRC, os créditos exigíveis (por perda do benefício do prazo por parte do devedor em decorrência de cláusula contratual que acolha a solução do artigo 781.º do Código Civil), mas em que não tenha sido formalmente exigido o seu cumprimento ao devedor por parte do credor. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 22 de Janeiro

I. Os actos de liquidação praticados no seguimento de um procedimento de inspecção tributária em que tenha sido constituído mandatário tributário são actos intrinsecamente ligados àquele procedimento, mas que gozam de autonomia jurídico-procedimental em relação ao mesmo, uma vez que o procedimento de inspecção tributária termina com a assinatura do relatório final da inspecção, onde são sistematizados os factos detectados e sua qualificação jurídico-tributária, e o sancionamento superior das suas conclusões.

II. A referida autonomia jurídico-procedimental daqueles actos de liquidação adicional determina que a sua eficácia, nos casos em que tenha sido constituído mandatário tributário no âmbito do procedimento de inspecção tributária, dependa apenas de notificação dos mesmos segundo a regra geral da notificação dos actos tributários do artigo 36.º, n.º 1 do CPPT, e não de notificação ao mandatário tributário nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 40.º do CPPT.

III. Admite-se, contudo, que é adequado e desejável, atento o nexo funcional que o acto de liquidação adicional mantém com as conclusões do relatório de inspecção tributária, que os serviços notifiquem também o mandatário tributário daqueles actos, mas a falta dessa notificação não afecta a eficácia do acto de liquidação, nem pode, à luz do actual quadro legal, consubstanciar uma irregularidade. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 8 de Janeiro

I. Uma vez decorrido o prazo de caducidade do direito à liquidação, cessa o poder dever de a Administração Tributária promover a liquidação dos tributos, o que equivale a dizer que a mesma não deve iniciar ou prosseguir oficiosamente, a partir desse momento, quaisquer diligências do procedimento tributário que visem a prática do acto tributário.

II. Esta regra legal, que consagra um “dever de abstenção da prática de actos de liquidação” por parte da Administração Tributária uma vez decorrido o prazo de caducidade do direito à liquidação, não se aplica quando o impulso procedimental advenha de um acto espontâneo do sujeito passivo – como sucede neste caso –, uma vez que o dever fundamental de pagar o imposto correspectivo ao facto tributário é imprescritível e o legislador não pode impedi-lo de o cumprir, razão pela qual também não pode impedir a Administração Tributária de promover a liquidação do tributo quando esta, depois de decorrido o prazo de caducidade, tenha sido impulsionada pelo sujeito passivo a praticar o acto tributário. - [DOC](#)



Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 24 de Janeiro

I. Da letra do n.º 4 do artigo 52º da LGT resulta que o deferimento do pedido de dispensa de prestação de garantia está sujeito à verificação de três requisitos, sendo dois deles de verificação alternativa e um terceiro de verificação cumulativa, a saber: alternativamente, importa provar que (i) a prestação de garantia causa prejuízo irreparável ou (ii) a manifesta falta de meios económicos a qual é revelada pela insuficiência de bens penhoráveis para o pagamento da dívida exequenda e acrescido; cumulativamente, cumpre demonstrar (iii) a inexistência de fortes indícios de que a insuficiência ou inexistência de bens se deveu a actuação dolosa do interessado.

II. Quer a dispensa de prestação da garantia assente na ocorrência de prejuízo irreparável, quer na manifesta falta de meios económicos do executado, é sobre o Requerente que recai o ónus de alegar e provar os pressupostos para tal dispensa.

III. Por seu turno, compete à Administração Tributária a demonstração da existência de fortes indícios de que a insuficiência de bens se deveu a actuação dolosa dos Reclamantes. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 14 de Janeiro

I. Só os custos comprovados e efectivos são fiscalmente dedutíveis.

II. A comprovação do custo contabilizado em sede de Imposto de Rendimento pode fazer-se através de qualquer tipo de prova, não sendo imprescindível que esteja apoiado em documento típico de despesa. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 14 de Janeiro

I. Caixa Postal Electrónica CPE (é um serviço que permite receber correio em formato digital, com valor legal, respeitando as características definidas no n.º 1 do artigo 3.º da Lei do Comércio Electrónico - Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de Janeiro), que garante a integridade e a confidencialidade do seu correio. Este serviço está concessionado aos CTT- (Serviço ViaCTT) integra o domicílio fiscal nos contribuintes, nos termos do artigo 19.º da LGT.

II. A adesão às notificações e citações electrónicas exercida por opção é efectuada no Portal das Finanças mediante autenticação na área reservada, após introdução do número de identificação fiscal e da respectiva senha de acesso-password.

III. O utilizador (contribuinte) é responsável pela utilização segura da sua password de modo a prevenir o acesso e utilização não autorizados a informação e recursos pessoais e profissionais. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 4 de Fevereiro

I. O regime de apreensão de correio electrónico mostra-se regulado directamente pelo artigo 17º da Lei do Cibercrime e, subsidiariamente (por remissão do mesmo) pelos pressupostos e requisitos legais relativos à apreensão de correspondência, previstos no artº 179º do CPP.

II. A intromissão nas comunicações e na correspondência está sujeita a autorização judicial, o que se justifica pelo princípio da proporcionalidade face à especial danosidade social que implica tal intromissão.

III. As mensagens de correio electrónico, que se encontrem armazenadas num sistema informático, só podem ser apreendidas mediante despacho prévio do Juiz de Instrução Criminal, devendo ser o juiz a primeira pessoa a tomar conhecimento do conteúdo da correspondência, conforme remissão para o artº 179º do CPP.

IV. Envolvendo a apreensão realizada, correio electrónico, e constituindo a regra que o “juiz que tiver autorizado ou ordenado a diligência é a primeira pessoa a tomar conhecimento do conteúdo da correspondência apreendida” precisamente uma das normas mais emblemáticas do regime de apreensão para que se remete, não se vê como através do elemento literal a mesma possa ser afastada, pelo que compete a este proceder à sua abertura.

V. Mais do que a sua natureza electrónica, para o nosso legislador, o que sobretudo pesou ao nível das suas preocupações, foi a sua faceta de “correspondência” pelo que se entende que o legislador não quis, através da Lei do Cibercrime, consagrar uma menor protecção à correspondência electrónica do que aquele que consagra em relação à correspondência física e não faria sentido, deixar de considerar os restantes requisitos, fazendo a apreensão de correio electrónico depender apenas de a diligência “se afigurar ser de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova”, e ignorar os demais previstos no citado artigo 179.º do CPP.

VI. E não é pela circunstância, de não ter o domínio do inquérito, que o juiz de instrução criminal – que aliás, pode ser assessorado tecnicamente nessa actividade - fica inabilitado de poder decidir quais as mensagens que se “afiguram ser de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 29 de Janeiro

I. O regime especial de horário flexível previsto no art.º 56, n.º 2, do Código do Trabalho, tem por escopo a adequação do tempo de trabalho às exigências familiares do trabalhador, nomeadamente, quando este tem um filho menor de 12 anos.

II. Cabe ao empregador, no exercício do seu poder de direcção, a concretização do horário de trabalho, devendo ter em atenção, designadamente, a necessidade de o trabalhador conciliar a atividade profissional com a sua vida familiar (art.º 212, n.º 1 e 2, al. b., e 56/3, corpo, do CT).



III. A indicação pelo trabalhador dos limites que balizarão a determinação, pelo empregador do concreto horário de trabalho há de ter em conta, por um lado, a premência das suas responsabilidades familiares, que podem justificar limites muito apertados na indicação feita pelo trabalhador quando esta é a única forma de conciliar a sua vida familiar com a profissional, e, por outro, as necessidades de gestão e o poder de determinação do empregador.

IV. Tendo sido requerido pela trabalhadora demandada, que tem um horário semanal de 35 horas, um horário flexível, entre as 08h00 e as 16h00 horas de 2.ª a 6.ª feira, sendo o sábado e domingo dias de folga, apenas motivado pela circunstância de o marido também trabalhar por turnos, tal significa que a mesma se colocou fora do âmbito da prestação da atividade aos fins-de-semana e que, sem motivo suficientemente premente, em situação de beneficiária exclusiva – ao contrário do que acontece com os colegas – de um horário fixo, impedindo na prática o empregador de qualquer determinação que vá além da mera gestão do intervalo de descanso (art.º 213 e 56, n.º 4, CT). Isto porque acabaria sempre por entrar e sair às horas que indicou, quaisquer que sejam os imperativos da atividade prosseguida pelo empregador.

V. Nestas circunstâncias, que ultrapassam a razão de ser do direito, é de concluir que a trabalhadora não indicou um horário flexível, não tendo o empregador qualquer escolha razoável, e que o empregador tem motivo justificativo para recusar o seu pedido. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 23 de Janeiro

I. Os prazos fixados no artigo 153.º do Código dos Valores Mobiliários são de caducidade.

II. O prazo de seis meses ali previsto só começa a contar após a data do conhecimento pelo lesado da deficiência da informação; e o prazo mais alargado, de dois anos, começa a contar da data da divulgação do documento informativo ou previsional ou, em relação ao prospecto de oferta pública, a partir da data da divulgação do resultado da oferta.

III. Seja qual for o momento em que o lesado tenha tido conhecimento da deficiência da informação, o prazo de dois anos previsto no artigo 153.º do CVM, começa a contar com a divulgação da informação desconforme, actuando como prazo limite, caducando o direito à indemnização “em qualquer caso”, dois anos após a sua divulgação.

IV. Se, como acontece no caso dos autos, a contagem do prazo de seis meses se iniciar e atingir o seu termo antes de decorrido o prazo mais longo de dois anos [que se iniciou com a divulgação do prospecto da oferta pública], o prazo mais curto será o primeiro a terminar, fazendo caducar o direito a indemnização previsto no art.º 153.º do CVM. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Porto, de 14 de Janeiro

I. Estando as partes de acordo em que, através da celebração de um negócio de compra e venda de participações sociais, pretendiam proceder à transmissão da titularidade da empresa, deve concluir-se que celebraram um contrato atípico de transmissão indirecta da titularidade da sociedade.

II. Neste tipo contratual o adquirente tem o ónus de proceder a uma apreciação, a uma auditoria à sociedade que pretende comprar, ou, nas palavras do direito anglo-saxónico, um ónus de “due diligence”, sendo-lhe potencialmente aplicável a estatuição do art.º 570.º do Código Civil.

III. Não se tendo provado a existência de um vício ou não - conformidade consistente na discrepância entre a qualidade real ou existencial da sociedade vendida e a qualidade devida “ex contractu”, não se justifica sequer que se equacione a possibilidade legal de aplicação do erro sobre a base do negócio, previsto no art.º 252.º do Código Civil, ou o regime de compra e venda de coisas oneradas e defeituosas, nos termos previstos nos art.º 905.º e ss. do Código Civil.

IV. Por outro lado, não tendo as partes optado pela estipulação de uma cláusula de garantia, deve entender-se que não pretenderam distribuir por qualquer forma o risco de transmissão da sociedade. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Porto, de 7 de Novembro de 2019

I. As normas do estatuto deontológico podem ter destinatários meramente internos, assumindo a natureza de deveres de cortesia e disciplinares, ou também destinatários externos sendo fonte de direitos e deveres com relevância jurídica.

II. As normas deontológicas só possuem força jurídica se existir transposição legislativa ou pela sua prática reiterada com força vinculativa.

III. Os artigos 14 e 15 do estatuto deontológico dos contabilistas certificados visam apenas facilitar a estes a futura prova do exercício de direitos e deveres e por isso não constituem a imposição de uma formalidade ad substantiam a favor dos seus clientes. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 11 de Fevereiro

I. O contrato de conta bancária (correntemente também designado por contrato de abertura de conta) configura um acordo havido entre uma instituição bancária e um cliente através do qual se constitui, disciplina e baliza a respetiva relação jurídica bancária, e ao qual se encontra indissociavelmente ligado o depósito bancário.

II. Com esse contrato - sendo dominantemente qualificado como contrato de depósito irregular, e ao qual aplicam, na medida da sua compatibilidade, as regras do mútuo - inicia-se toda uma relação jurídica complexa entre banco e cliente, no qual



assentam, a ele estando associados, os mais diferentes contratos posteriormente celebrados entre ambos, mas em relação ao qual, todavia, assumem ou podem assumir-se como autónomos.

III. Entre esses contratos que se encontram associados à abertura de conta encontra-se o designado contrato de homebanking, que normalmente se concretiza através da possibilidade conferida pela entidade bancária aos seus clientes, mediante a aceitação de determinados condicionalismos, de utilizar toda uma panóplia de operações bancárias, on line, relativamente às contas de que sejam titulares, os quais têm vindo a obter um forte incremento e adesão pelas inegáveis vantagens que propicia às partes, quer aos clientes, permitindo-lhes um acesso mais rápido, continuado (sem limitação de horários) e cómodo (sem deslocações aos balcões) às suas contas e, desse modo, a realização das mais variadas operações, quer aos bancos, permitindo agilizar serviços e otimizar a gestão dos seus recursos humanos, com a inerente diminuição de custos.

IV. Tratando-se de serviços prestados via internet, os mesmos são frequentemente alvo de ataques dos designados hackers, com objetivo de se apropriarem, de forma ilícita, dos fundos existentes nas contas bancárias.

V. De entre essas técnicas de fraude informática mais comuns, destacam-se o phishing que, grosso modo, consiste no envio “ao cliente” de mensagens de correio eletrónico, que provêm aparentemente do banco prestador do serviço, visando obter dados confidenciais que permitam o acesso ao serviço de pagamento eletrónico, e o pharming, que se consubstancia numa técnica mais sofisticada através da qual é corrompido o próprio nome de domínio de uma instituição financeira, redireccionando o utilizador para um site falso – mas em tudo similar ao verdadeiro – sempre que este digita no teclado a morada correta do seu banco, ou seja, através dessa técnica suplanta-se o sistema de resolução dos nomes de domínio para conduzir o usuário a uma página Web falsa, clonada da página real, ou melhor ainda, essa técnica baseia-se em alterar o IP numérico de uma direção no próprio navegador, através de programas que captam os códigos de pulsação do teclado. o que pode ser feito através da difusão de vírus via spam, e que leva o usuário a pensar que está a aceder a um determinado site – por exemplo o do seu banco –, quando na realidade está a entrar no IP de uma página Web falsa.

VI. Os contratos de homebanking encontram a sua disciplina e enquadramento jurídico no Regime Jurídico dos Serviço de Pagamento e da Moeda Eletrónica (RJSPME), aprovado pelo DL n.º 317/2009, de 30/10, e do qual, e visando evitar que terceiros acedam fraudulentamente às contas bancárias, resultam, além do mais, um conjunto de deveres impostos tanto para o prestador dos serviços como para o seu utilizador, cuja violação é geradora de responsabilidade (vg. civil), sendo que no que concerne particularmente ao utilizador, e tendo daí resultado perdas/danos para si, a medida da sua reparação varia em função da sua atuação culposa.

VII. Negando o utilizador ter dado autorização para uma operação de pagamento que foi executado pela instituição bancária, é sobre esta que impende o ónus de prova de que a operação de pagamento não foi afetada por avaria técnica ou qualquer outra deficiência e/ou que esse pagamento só foi possível devido à atuação fraudulenta daquele ou ao incumprimento deliberado ou com negligência grave dos deveres/obrigações decorrentes do art.º 67º do RSPME. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 15 de Dezembro de 2016

I. É admissível a impugnação judicial direta das deliberações do Conselho de Administração de sociedade comercial. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 28 de Setembro de 2017

I. Na acção de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento, com fundamento em extinção do posto de trabalho, não tendo o empregador requerido a exclusão da reintegração do trabalhador, para o caso do despedimento vir a ser declarado ilícito, não compete ao tribunal conhecer de tal exclusão.

II. A prova dos requisitos para a extinção do posto de trabalho compete ao empregador (artigo 342.º, n.º 1, do CC).

III. Não se mostram provados os requisitos e, por consequência, o despedimento é de considerar ilícito, se da matéria de facto, de relevante, apenas resulta que o empregador é uma associação de natureza particular, sem fins lucrativos, que se dedica à adaptação e integração de pessoas com deficiência, que na valência do Centro de Reabilitação Profissional, a que o Autor se encontrava afecto, houve uma redução do número de utentes em 2016 e que o IEFP reduziu a taxa de afectação do trabalhador para 50%. - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

Commission Work Programme 2020 - A Union that strives for more - [DOC](#) - [Timeline](#)

Multiannual financial framework for 2021-2027: negotiations - [DOC](#)

Setting the priorities - [DOC](#)

Winter 2020 Economic Forecast: Offsetting forces confirm subdued growth - [DOC](#)

Portugal Forecast - [DOC](#)

Facial recognition technology: fundamental rights considerations in the context of law enforcement - [DOC](#)

Policy and investment recommendations for trustworthy Artificial Intelligence - High-Level Expert Group on AI (AI HLEG) - [DOC](#)

Ethics guidelines for trustworthy Artificial Intelligence - High-Level Expert Group on AI (AI HLEG) - [DOC](#)

European Ethical Charter on the Use of Artificial Intelligence in Judicial Systems and their environment - [DOC](#)

The blue economy: **Overview and EU policy framework** - [DOC](#)

The European Parliament After Brexit - [DOC](#)

Trade preferences boost developing countries' exports to the European Union - [DOC](#)

Tax policies in the European Union survey - [DOC](#)

DECISIONS AND REGULATION

Council Decision (EU) 2020/135 of 30 January 2020 on the conclusion of the Agreement on the withdrawal of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland from the European Union and the European Atomic Energy Community - January 31 - [DOC](#)

Council Decision (EU) 2020/121 of 28 January 2020 concerning the establishment of the Working Party on the United Kingdom chaired by the General Secretariat of the Council, and repealing Decision (EU) 2017/900 - January 29 - [DOC](#)

Council Decision (EU) 2020/48 of 21 January 2020 amending Decision (EU) 2019/274 on the signing, on behalf of the European Union and of the European Atomic Energy Community, of the Agreement on the withdrawal of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland from the European Union and the European Atomic Energy Community - January 21 - [DOC](#)

Council Decision (EU, Euratom) 2020/266 of 25 February 2020 authorising the opening of negotiations with the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland for a new partnership agreement - February 27 - [DOC](#)

Council Decision (CFSP) 2020/215 of 17 February 2020 amending Decision 2011/101/CFSP concerning restrictive measures against Zimbabwe - February 18 - [DOC](#)

Council Decision (CFSP) 2020/214 of 17 February 2020 amending Decision 2012/642/CFSP concerning restrictive measures against Belarus - February 18 - [DOC](#)

Council Regulation (EU) 2020/213 of 17 February 2020 amending Regulation (EC) No 314/2004 concerning certain restrictive measures in respect of Zimbabwe - February 18 - [DOC](#)

Council Implementing Decision (CFSP) 2020/190 of 12 February 2020 implementing Decision 2010/788/CFSP concerning restrictive measures against the Democratic Republic of the Congo - February 13 - [DOC](#)



Commission Implementing Regulation (EU) 2020/219 of 17 February 2020 amending Council Regulation (EC) No 314/2004 concerning certain restrictive measures in respect of Zimbabwe - February 17 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/218 of 17 February 2020 amending for the 309th time Council Regulation (EC) No 881/2002 imposing certain specific restrictive measures against certain persons and entities associated with the ISIL (Da'esh) and Al-Qaida organisations - February 17 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/211 of 17 February 2020 implementing Regulation (EU) No 36/2012 concerning restrictive measures in view of the situation in Syria - February 17 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/194 of 12 February 2020 laying down detailed rules for the application of Council Regulation (EU) No 904/2010 as regards the special schemes for taxable persons supplying services to non-taxable persons, making distance sales of goods and certain domestic supplies of goods - February 13 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/193 of 12 February 2020 laying down technical information for the calculation of technical provisions and basic own funds for reporting with reference dates from 31 December 2019 until 30 March 2020 in accordance with Directive 2009/138/EC of the European Parliament and of the Council on the taking-up and pursuit of the business of Insurance and Reinsurance - February 13 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/184 of 11 February 2020 amending for the 308th time Council Regulation (EC) No 881/2002 imposing certain specific restrictive measures directed against certain persons and entities associated with the ISIL (Da'esh) and Al-Qaida organisations - February 11 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2020/125 of 29 January 2020 amending Implementing Regulation (EU) No 945/2014 laying down implementing technical standards with regard to relevant appropriately diversified indices in accordance with Regulation (EU) No 575/2013 of the European Parliament and of the Council - January 30 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2020/127 of the European Parliament and of the Council of 29 January 2020 amending Regulation (EU) No 1306/2013 as regards financial discipline as from financial year 2021 and Regulation (EU) No 1307/2013 as regards flexibility between pillars in respect of calendar year 2020 - January 31 - [DOC](#)

Corrigendum to Directive (EU) 2019/2121 of the European Parliament and of the Council of 27 November 2019 amending Directive (EU) 2017/1132 as regards cross-border conversions, mergers and divisions - January 24 - [DOC](#)

Corrigendum to Regulation (EU) 2019/2033 of the European Parliament and of the Council of 27 November 2019 on the prudential requirements of investment firms and amending Regulations (EU) No 1093/2010, (EU) No 575/2013, (EU) No 600/2014 and (EU) No 806/2014 - January 24 - [DOC](#)

Corrigendum to Regulation (EU) 2019/1155 of the European Parliament and of the Council of 20 June 2019 amending Regulation (EC) No 810/2009 establishing a Community Code on Visas (Visa Code) - January 24 - [DOC](#)

Corrigendum to Commission Delegated Regulation (EU) 2019/2199 of 17 October 2019 amending Council Regulation (EC) No 428/2009 setting up a Community regime for the control of exports, transfer, brokering and transit of dual-use items - February 25 - [DOC](#)

Corrigendum to Commission Implementing Regulation (EU) 2019/2243 of 17 December 2019 establishing a template for the contract summary to be used by providers of publicly available electronic communications services pursuant to Directive (EU) 2018/1972 of the European Parliament and of the Council - January 21 - [DOC](#)

Notice concerning the entry into force of the Agreement on the Withdrawal of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland from the European Union and the European Atomic Energy Community - [DOC](#)



Declaration by the European Union made in accordance with the third paragraph of Article 185 of the Agreement on the Withdrawal of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland from the European Union and the European Atomic Energy Community - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/188 of the European Central Bank of the European Central Bank of 3 February 2020 on a secondary markets public sector asset purchase programme - February 12 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/187 of the European Central Bank of the European Central Bank of 3 February 2020 on the implementation of the third covered bond purchase programme - February 12 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/141 of the European Central Bank of 22 January 2020 amending Decision ECB/2010/29 on the issue of euro banknotes - February 1 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/140 of the European Central Bank of 22 January 2020 laying down the measures necessary for the contribution to the European Central Bank's accumulated equity value and for adjusting the national central banks' claims equivalent to the transferred foreign reserve assets and repealing Decision (EU) 2019/46 - February 1 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/139 of the European Central Bank of 22 January 2020 laying down the terms and conditions for transfers of the European Central Bank's capital shares between the national central banks and for the adjustment of the paid-up capital and repealing Decision (EU) 2019/45 - February 1 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/138 of the European Central Bank of 22 January 2020 on the paying-up of the European Central Bank's capital by the national central banks of Member States whose currency is the euro and repealing Decision (EU) 2019/44 - February 1 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/137 of the European Central Bank of 22 January 2020 on the national central banks' percentage shares in the key for subscription to the European Central Bank's capital and repealing Decision (EU) 2019/43 - February 1 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/136 of the European Central Bank of 22 January 2020 on the paying-up of the European Central Bank's capital by the non-euro area national central banks and repealing Decision (EU) 2019/48 - February 1 - [DOC](#)

Recommendation of the European Central Bank of 17 January 2020 on dividend distribution policies - January 29 - [DOC](#)

Retificação do Acordo de 22 de janeiro de 2020 entre o Banco Central Europeu e os bancos centrais nacionais dos Estados-Membros não pertencentes à área do euro que altera o Acordo de 16 de março de 2006 celebrado entre o Banco Central Europeu e os bancos centrais nacionais dos Estados-Membros não pertencentes à área do euro que estabelece os procedimentos operacionais relativos ao mecanismo de taxas de câmbio na terceira fase da União Económica e Monetária - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

Consultation: Review of the **regulatory framework for investment firms and market operators**. Proposal for a regulation - [DOC](#)

Consultation: Review of the **regulatory framework for investment firms and market operators**. Proposal for a directive - [DOC](#)

Consultation: **Money laundering & terrorism financing** – action plan. Communication - [DOC](#)

Consultation: **Taxation** - cooperation between national tax authorities (codified rules). Proposal for a directive - [DOC](#)



Consultation: **Tax fraud and evasion** – better cooperation between national tax authorities on exchanging information. Proposal for a directive - [DOC](#)

Consultation: **European Strategy for data** (authentication required) - [DOC](#)

Consultation on the **White Paper on Artificial Intelligence - A European Approach** (authentication required) - [DOC](#)

ECB - EUROPEAN CENTRAL BANK

Annual accounts - [DOC](#)

Decisions taken by the Governing Council of the ECB (in addition to decisions setting interest rates) - [DOC](#)

Recommendation of the ECB of 17 January 2020 on **dividend distribution policies** - [DOC](#)

ECB's subscribed capital to remain steady after Bank of England leaves the European System of Central Banks - [DOC](#)

ECB welcomes ratification of **agreement on orderly UK withdrawal from European Union** - [DOC](#)

ECB seeks feedback on amendments to the **Regulation on monetary financial institution balance sheet statistics** - [DOC](#)

ECB launches **review of its monetary policy strategy** - [DOC](#)

Monetary policy decisions - [DOC](#)

How ECB purchases of **corporate bonds helped reduce firms' borrowing costs** - [DOC](#)

Central bank group to assess **potential cases for central bank digital currencies** - [DOC](#)

January 2020 **euro area bank lending survey** - [DOC](#)

Assessing bank lending to corporates in the euro area since 2014 - [DOC](#)

Integration of non-euro area central and eastern European EU countries in global value chains, export dynamics, and business cycle synchronisation with the euro area - [DOC](#)

Business outlook surveys as indicators of **euro area real business investment** - [DOC](#)

Bond market liquidity and swap market efficiency – what role does the repo market play? - [DOC](#)

US yield curve inversion and financial market signals of recession - [DOC](#)

Tracking global economic uncertainty: implications for global investment and trade - [DOC](#)

Household wealth and consumption in the euro area - [DOC](#)

Breaking the “chain effect” of tariffs – foreign trade zones in the time of protectionism - [DOC](#)

Major European **financial infrastructures join forces against cyber threats** - [DOC](#)

ECB seeks feedback on **amendments to the Regulation on payments statistics** - [DOC](#)

ECB **kick-starts Eurosystem listening events for strategy review** - [DOC](#)

ECB Survey of **Monetary Analysts (SMA)** - [DOC](#)

Working group on **euro risk-free rates issues recommendations to support smooth transfer** of EONIA's liquidity to €STR - [DOC](#)



Financial statements of the ECB for 2019 - [DOC](#)

Results of the December 2019 survey on **credit terms and conditions in euro-denominated securities financing and over-the-counter derivatives markets** (SESFOD) - [DOC](#)

Christine Lagarde: **Climate change and the financial sector** - [DOC](#)

Christine Lagarde: Remarks on the occasion of receiving the **Grand Prix de l'Économie 2019 from Les Echos** - [DOC](#)

Christine Lagarde: **How can a united Europe meet the challenges it faces today?** - [DOC](#)

Christine Lagarde: **Hearing at the Committee on Economic and Monetary Affairs of the European** - [DOC](#)

Yves Mersch: **Asset price inflation and monetary policy** - [DOC](#)

Luis de Guindos: **The euro area economic outlook and the current monetary policy stance** - [DOC](#)

Luis de Guindos: **The euro area financial sector: opportunities and challenges** - [DOC](#)

Philip R. Lane: **The future of the euro** - [DOC](#)

Philip R. Lane: **The monetary policy toolbox: evidence from the euro area** - [DOC](#)

Isabel Schnabel: **Narratives about the ECB's monetary policy – reality or fiction?** - [DOC](#)

Isabel Schnabel: **How long is the medium term? Monetary policy in a low inflation environment** - [DOC](#)

Fabio Panetta: **Protecting the European financial sector: the Cyber Information and Intelligence Sharing Initiative** - [DOC](#)

Fabio Panetta: **Deepening and widening Economic and Monetary Union: finding the right speed** - [DOC](#)

Fabio Panetta: **Joining forces - stepping up coordination on risks in central clearing** - [DOC](#)

ECB publishes Consolidated Banking Data for end-September 2019 - [DOC](#)

Euro money market statistics: eighth maintenance period 2019 - [DOC](#)

Consolidated balance sheet of the Eurosystem as at 31 December 2019 - [DOC](#)

Consolidated financial statement of the Eurosystem - [DOC](#)

Account of the **monetary policy meeting** - [DOC](#)

Monetary developments in the euro area: January 2020 - [DOC](#)

Consolidated financial statement of the Eurosystem - [DOC](#)

Euro banknote counterfeiting remained low in the second half of 2019 - [DOC](#)

Results of the Q1 2020 **ECB Survey of Professional Forecasters** - [DOC](#)

The ECB Survey of Professional Forecasters (SPF) – First quarter of 2020 - [DOC](#)

Euro area financial vehicle corporation statistics – Fourth quarter of 2019 - [DOC](#)

The euro area bank lending survey – Fourth quarter of 2019 - [DOC](#)

Euro area investment fund statistics – Fourth quarter of 2019 - [DOC](#)

Euro area bank interest rate statistics: December 2019 - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2377: **Monetary policy and bank stability: the analytical toolbox reviewed** - [DOC](#)



Working Paper Series n.º 2376: **Macroprudential policy measures: macroeconomic impact and interaction with monetary policy** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2375: **Trust in the central bank and inflation expectation** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2374: **The interbank market puzzle** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2373: **Simulating fire sales in a system of banks and asset managers** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2372: **Pensions and household savings: cross-country heterogeneity in Europe** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2371: **Forecast performance in the ECB SPF: ability or chance?** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2370: **Estimating the optimal inflation target from trends in relative** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2369: **Price dividend ratio and long-run stock returns: a score driven state space** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2368: **Strategic interactions and price dynamics in the global oil market** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2367: **Lifting the banking veil: credit standards' harmonization through lending transparency** - [DOC](#)

Occasional Paper n.º 238: **Revisiting the monetary presentation of the euro area balance of payments** - [DOC](#)

Statistics Paper Series n.º 33: **Integrating microdata for policy needs: the ESCB experience** - [DOC](#)

Economic Bulletin - **Update on economic and monetary developments** - [DOC](#)

ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

ESMA **Strategic Orientation 2020-22** - [DOC](#)

ESMA sets out its **strategy on sustainable finance** - [DOC](#)

ESMA **Report on Trends, Risks and Vulnerabilities** - [DOC](#)

MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

ESMA consults on **MiFIR transparency regime for equity instruments** - [DOC](#)

ESMA consults on **MiFIR transparency regime for systematic internalisers** - [DOC](#)

ESMA consults on the **new MiFIR and MiFID II regimes for third-country firms** - [DOC](#)

ESMA issues opinions on **position limits under MiFID II** - [DOC](#)

ESMA launches a common supervisory action with **NCA's on MiFID II suitability rules** - [DOC](#)

ESMA updates on progress on compliance with the **MiFIR pre-trade transparency requirements in commodity derivatives** - [DOC](#)

ESMA publishes the final report on **MiFIR alignments following the introduction of EMIR Refit** - [DOC](#)

ESMA publishes data for the **systematic internaliser calculations for equity, equity-like instruments and bonds** - [DOC](#)

ESMA makes **new bond liquidity data available** - [DOC](#)



ESMA issues latest **double volume cap data** - [DOC](#)

ESMA updates Q&AS on **MiFID II and MiFIR investor protection topics** - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

ESMA advises the European Commission on **product intervention** - [DOC](#)

ESMA publishes responses to Joint Consultation Paper on **PRIIPs KID** - [DOC](#)

ESMA responds to European Commission consultation on the **Benchmark Regulation Review** - [DOC](#)

ESMA finds continued **high risks as financial markets remain highly volatile** - [DOC](#)

ESMA announces open hearing on its **consultation on internal controls for CRAs** - [DOC](#)

ESMA launches a **common supervisory action** with NCAs on UCITS liquidity risk management - [DOC](#)

Update on **governance and reporting obligations** following the UK's withdrawal from the European Union - [DOC](#)

ESMA issues opinion on accepted **market practice on liquidity contracts** by Consob - [DOC](#)

ESMA issues an opinion on **product intervention measures** by Norway - [DOC](#)

ESMA appoints chairs to its **standing committees** - [DOC](#)

ESMA proposes to amend the technical standards in view of the **postponing of the entry into force of the CSDR settlement discipline** - [DOC](#)

ESMA amends Guidelines to further **harmonise the enforcement of financial information by national regulators** - [DOC](#)

Steven Maijor on **sustainable finance at the European Financial Forum** in Dublin - [DOC](#)

ESMA **seeks candidates for its stakeholder group** - [DOC](#)

ESMA updates its Q&AS **relating to the Prospectus Regulation** - [DOC](#)

ESMA updates Q&A on **implementation of CRA regulation** - [DOC](#)

ESMA updates the **CSDR Q&AS** - [DOC](#)

ESMA **Newsletter** - n.º 11 - [DOC](#)

EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

EBA consults on Guidelines on the appropriate subsets of **exposures in the application of the systemic risk buffer** - [DOC](#)

EBA consults on the future of the **EU-wide stress test framework** - [DOC](#)

EBA launches 2020 **EU-wide stress test exercise** - [DOC](#)

EBA calls for measures to ensure a more **balanced composition of management bodies in institutions** - [DOC](#)

EBA releases its **annual assessment of the consistency of internal model outcomes** - [DOC](#)

EBA issues Opinion on measures to address **macroprudential risk following notification by De Nederlandsche Bank (DNB)** - [DOC](#)



EBA acts to improve **AML/CFT supervision** in Europe - [DOC](#)

EBA consults on revised guidelines on **money laundering and terrorist financing risk factors** - [DOC](#)

EBA issues updated list of validation rules and related **taxonomy to improve data quality** - [DOC](#)

EBA shows banks' progress in planning for failure but encourages them to issue eligible debt instruments - [DOC](#)

EBA acknowledges adoption of amended **supervisory reporting standards** by the European Commission - [DOC](#)

EBA puts forward concrete proposals to **improve the current DGSD legal framework** - [DOC](#)

EBA acknowledges Commission's decision on **equivalence for Serbia and South Korea** - [DOC](#)

EBA updates its **guidelines on fraud reporting under PSD2** - [DOC](#)

ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

Adverse scenario for the **EBA 2020 EU-wide banking sector stress test** - [DOC](#)

ESRB publishes report on systemic cyberattacks - [DOC](#)

ESRB publishes report on **macroprudential policy for the insurance sector** - [DOC](#)

Report on the **macroprudential implications of Level 2 and 3 financial instruments for accounting purposes** - [DOC](#)

Enhancing the macroprudential dimension of Solvency II - [DOC](#)

Letter from the ESRB to the European Commission on **shortcomings of the AIFMD framework** - [DOC](#)

Reports of the Advisory Scientific Committee n.º 10: **The global dimensions of macroprudential policy** - [DOC](#)

Systemic cyber risk - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 108: **Regulating financial networks under uncertainty** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 107: **The network of firms implied by the news** - [DOC](#)

FCA - FINANCIAL CONDUCT AUTHORITY

Market integrity and strategic approach - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

Acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, de 25 de Fevereiro

Art 6 § 1 (pénal) • Procès équitable • Condamnation en appel d'un avocat pour enregistrements illicites d'un homme d'affaires à son insu sans une appréciation directe des preuves ayant amené le tribunal de première instance à l'acquitter • Omission par la cour d'appel de prendre en compte la collaboration du requérant avec la justice en tant qu'informateur ayant permis la condamnation de l'homme d'affaires pour corruption active • Tribunal impartial • Recours contre la peine appliquée à l'avocat attribué à la même formation que celle ayant statué sur sa culpabilité en appel - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal de Justiça (UE), C-515/17 P e C-561/17 P, de 4 de Fevereiro

«Recurso de decisão do Tribunal Geral – Recurso de anulação – Artigo 19.º do Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia – Representação das partes nas ações e recursos diretos perante os órgãos jurisdicionais da União – Advogado com a qualidade de terceiro em relação ao recorrente – Artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia» - [DOC](#)

General Court (Court of Justice of the European Union)

Control of restrictive practices, equal treatment, fine, restriction on competition, search engine - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Notificação prévia de uma **operação de concentração** - [DOC](#)

“Online platforms and competition: lessons from the telecom sector” - Seminário Aberto AdC - [DOC](#)

CFP - CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Sector das **administrações públicas regista saldo orçamental positivo** de 1590 M€ - [DOC](#)

O Conselho das Finanças Públicas **convida ao debate** | Ciclo de Conferências 2020 - [DOC](#)

CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Parecer n.º 4/2020 – sobre a Proposta de Lei n.º 05/XIV/1.^a – Orçamento do Estado para 2020 - [DOC](#)

Parecer n.º 1/2020 – sobre Projeto de diploma que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva (UE) 2018/822 do Conselho - [DOC](#)

EURONEXT

Euronext publishes **Q4 and full year 2019 results** - [DOC](#)

Euronext announces **volumes for January 2020** - [DOC](#)

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Boletim Mensal de Estatística - Janeiro de 2020 - [DOC](#)

Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores: Indicador de confiança dos Consumidores diminui e indicador de clima económico estabiliza - Fevereiro de 2020 - [DOC](#)

Península Ibérica em Números - 2019 - [DOC](#)

Taxa de **variação homóloga do IPC** estimada em 0,8% - Janeiro de 2020 - [DOC](#)

Indicador de **atividade económica estabiliza e indicador de clima económico aumenta** - Janeiro de 2020 - [DOC](#)

Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços. **Volume de Negócios nos Serviços abrandou para 1,7%** - Dezembro de 2019 - [DOC](#)

As exportações e as importações aumentaram 5,4% e 1,2%, respetivamente, em termos nominais - Dezembro de 2019 - [DOC](#)

Índice de Produção Industrial registou uma variação homóloga de 3,3% - Dezembro de 2019 - [DOC](#)

Investimento empresarial deverá crescer 3,6% em termos nominais em 2020 - 2.º Semestre de 2019 - [DOC](#)

Produto Interno Bruto aumentou 2,2% em volume no 4º trimestre de 2019 e 2,0% no conjunto do ano de 2019 - 4.º Trimestre de 2019 - [DOC](#)



Crescimento homólogo do PIB foi 2,2% em volume no 4º trimestre de 2019. No conjunto do ano o PIB aumentou 2,2% em volume e 3,9% em valor, atingindo 212,3 mil milhões de euros. - 4.º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Remuneração bruta mensal média aumentou 2,4% no 4.º trimestre de 2019 para 1 418 Euros - [DOC](#)

A taxa de desemprego situou-se em 6,7% no 4.º trimestre e em 6,5% no conjunto de 2019 - 4.º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Investimento empresarial deverá crescer 3,6% em termos nominais em 2020 - 2.º Semestre de 2019 - [DOC](#)

Principais indicadores económicos das **empresas não financeiras desaceleraram** – 2018 - [DOC](#)

IPCG - INSTITUTO PORTUGUÊS DE CORPORATE GOVERNANCE

Nota Interpretativa n.º 2, da CEAM, sobre a Interpretação do Código de Governo das Sociedades (IPCG 2018) - [DOC](#)

5.ª edição do “**Programa Avançado para Administradores Não Executivos**”, dias 20, 21, 27 e 28 de março de 2020 - [DOC](#)

BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

Basel III: the implementation imperative - [DOC](#)

Policy responses to fintech: a cross-country overview - [DOC](#)

Christine Lagarde: **How can a united Europe meet the challenges it faces today?** - [DOC](#)

Claudia Buch: **Risks and resilience in the financial system** - a German perspective - [DOC](#)

Pablo Hernández de Cos: **Thoughts on global financial stability and the European Capital Markets Union** - [DOC](#)

Financial technology: the 150-year revolution - [DOC](#)

Consumer prices - [DOC](#)

Commercial property prices - [DOC](#)

Residential property prices: detailed series (nominal) - [DOC](#)

Effective exchange rate indices - [DOC](#)

Central bank policy rates - [DOC](#)

Credit to the non-financial sector - [DOC](#)

Credit-to-GDP gaps - [DOC](#)

Global liquidity indicators - [DOC](#)

Debt service ratios for the private non-financial sector - [DOC](#)

Debt securities statistics - [DOC](#)

Exchange-traded derivatives statistics - [DOC](#)

OTC derivatives outstanding - [DOC](#)

Quarterly Review for March 2020 - [DOC](#)



BUSINESS FINANCING UK

The Oldest Company in Almost Every Country (That is Still in Business) - [DOC](#)

DELOITTE

The Fourth Industrial Revolution - At the intersection of readiness and responsibility - [DOC](#)

Deloitte Review 26: **Progress fueled by the past** - [DOC](#)

EUROPEAN CAPITAL MARKETS INSTITUTE

A complex European financial architecture - 10 years on - [DOC](#)

EUROPEAN ISSUERS

The Quoted Companies Alliance and PeelHunt Publish their **Annual 2020 Small and Mid-cap Survey** - [DOC](#)

European Commission publishes study on **due diligence through the supply chain** - [DOC](#)

Position Paper on The Future Revision of the **Non-Financial Information Reporting Directive** (NFRD) - [DOC](#)

EUROBAROMETER

Plenary Insights – February 2020 - [DOC](#)

The 2019 post-electoral survey among European expatriates - [DOC](#)

EUROSTAT

Dissemination of european statistics after Brexit - [DOC](#)

FAFT - FINANCIAL ACTION TASK FORCE

Jurisdictions under Increased Monitoring - [DOC](#)

High-Risk Jurisdictions subject to a Call for Action - [DOC](#)

Consolidated assessment ratings - [DOC](#)

FRC - FINANCIAL REPORTING COUNCIL

Workforce-related corporate reporting - Where to next? - [DOC](#)

HARVARD DATAVERSE

The CEPS EurLex dataset: 142.036 EU laws from 1952-2019 with full text and 23 variables - [DOC](#)



IESE BUSINESS SCHOOL | UNIVERSITY OF NAVARRA

How large is the disruption in banking? - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

IMF Committee on Balance of Payments Statistics: **Annual Report 2019** - [DOC](#)

New Priorities for the Global Economy, by Kristalina Georgieva, IMF Managing - [DOC](#)

Stress Testing at the IMF - [DOC](#)

Future of Fiscal Rules in the Euro Area - [DOC](#)

Finding Solid Footing for the Global Economy - [DOC](#)

Collateralized Transactions: Key Considerations for Public Lenders and Borrowers - [DOC](#)

Distributional Implications of Labor Market Reforms: Learning from Spain's Experience - [DOC](#)

Public Sector Debt Definitions and Reporting in Low-Income Developing Countries - [DOC](#)

Law & Financial Stability - [DOC](#)

Public Opinion on Automation - [DOC](#)

Managing Director Urges **Global Cooperation for Global Challenges** - [DOC](#)

Transitory and Permanent Shocks in the **Global Market for Crude Oil** - [DOC](#)

Higher Growth. Lower Crime? - [DOC](#)

How to Design Subnational Fiscal Rules: A Primer - [DOC](#)

Measuring Output Gap: Is It Worth Your Time? - [DOC](#)

Macroeconomic Policy, Product Market Competition, and Growth: **The Intangible Investment Channel** - [DOC](#)

Monetary Policy Implementation: Operational Issues for Countries with Evolving Monetary Policy - [DOC](#)

The Evolution of Public Debt Vulnerabilities In Lower Income Economies - [DOC](#)

Interest Rate Controls, Capital Flow Restrictions, and Other Potentially Costly **Financial Market Regulatory Tools** - [DOC](#)

Markups, Quality, and Trade Costs - [DOC](#)

Monetary Policy Transmission in Emerging Markets and Developing Economies - [DOC](#)

Managing Systemic Banking Crises: New Lessons and Lessons Relearned - [DOC](#)

The **Impact of Conflict and Political Instability on Banking Crises** in Developing Countries - [DOC](#)

International Capital Flows at the Security Level – Evidence from the ECB's Asset Purchase Programme - [DOC](#)

On the Capacity to Absorb Public Investment: How Much is Too Much? - [DOC](#)



OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

Economic Outlook, Interim Report March 2020 - [DOC](#)

GDP Growth: trends in fourth quarter 2019 - [DOC](#)

OECD presents analysis showing **significant impact of proposed international tax reforms** - [DOC](#)

New systemic approach needed to tackle global challenges - [DOC](#)

International community renews commitment to **multilateral efforts to address tax challenges from digitalisation of the economy** - [DOC](#)

Corporate bond debt continues to pile up - [DOC](#)

Global economy faces gravest threat since the crisis as coronavirus spreads - [DOC](#)

The Digitalisation of Science, Technology and Innovation: Key Developments and Policies - [DOC](#)

Systemic Thinking for Policy Making: **The Potential of Systems Analysis for Addressing Global Policy Challenges in the 21st Century** - [DOC](#)

International trade statistics: trends in fourth quarter 2019 - [DOC](#)

PARIS SCHOOL OF ECONOMICS

How to forecast economic cycles after the 2008-2009 recession? - [DOC](#)

PWC

Asset and wealth management revolution: **Investor Perspective - rethinking purpose and performance** - [DOC](#)

U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION

SEC Proposes Amendments to **Modernize and Enhance Financial Disclosures** - [DOC](#)

WEF - THE WORLD ECONOMIC FORUM

These two charts show **U.S. dominance of global markets** - [DOC](#)

The Greta effect? **Why businesses are more committed to climate action in 2020** - [DOC](#)

WHARTON SCHOOL OF THE UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA

Containing the Coronavirus: **What's the Risk to the Global Economy?** - [DOC](#)

WILSON SONSINI

2019 Technology and Life Sciences IPO Report - [DOC](#)



WORLD BANK

Domestic Capital Markets & Debt Transparency and Sustainability - [DOC](#)

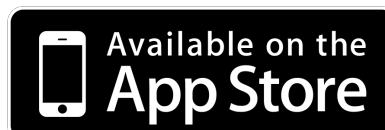
Exploring Universal Basic Income: A Guide to Navigating Concepts, Evidence, and Practices - [DOC](#)

© AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
Fevereiro de 2020

O REGULATORY UPDATE é publicado pela AEM
com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO



[Subscribe](#)



[Read](#)



[Discuss](#)



[Link](#)



[Like](#)



[Share](#)

REGULATORY UPDATE

Fevereiro 2020

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa
Telefone: +351 21 820 49 70
Fax: +351 21 807 74 90
abel.ferreira@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

SLBA - Sofia Leite Borges & Associados -
Sociedade de Advogados SP RL

Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto,
1050-215 Lisboa
Telefone: +351 213 170 996
Fax: +351 213 170 999
sofia.borges@slba.pt
www.slba.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral geral@aem-portugal.com.